

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Luan Willian Strieder

**REALISMO E SUBJETIVISMO:**

**um mapeamento das discussões metaéticas analíticas sobre fatos e valores morais**

Brasília

2014

Luan Willian Strieder

**REALISMO E SUBJETIVISMO:  
um mapeamento das discussões metaéticas analíticas sobre fatos e valores morais**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento.

Brasília

2014

Luan Willian Strieder

**REALISMO E SUBJETIVISMO:  
um mapeamento das discussões metaéticas analíticas sobre fatos e valores morais**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Filosofia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**Banca Examinadora**

Dr. Wanderson Flor do Nascimento (Orientador)

---

Dr. Hilan Nissior Bensusan

---

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são gestos simbólicos. Simples, fáceis e de valor meramente considerativo. Monografias de conclusão de curso tornam essa característica especialmente aparente. São pequenas palavras frente a grandes atos: demonstrações constantes de amor, carinho e boa-vontade.

Ainda que agradecesse em cada um de meus dias até que eles acabassem, não estariam retribuídos os tantos anos de suporte e cuidado de vocês, meus pais. Não pretendo esquecer seus sacrifícios, carinhos e saudades. Nem os desentendimentos e preocupações que colaboraram com meu caminho até aqui. Sem vocês, minha família, nem isso nem eu seríamos realidade.

Mencionar você pelo nome igualmente não retribui suas horas dedicadas a ler, revisar e discutir comigo sobre este trabalho, Marcão. Você foi o andarilho imortal que marcou a pedra angular com seu cajado. Sem essa pedra, eu não teria solidificado o abrigo contra os lobos nem encontrado as relíquias.

Agradeço a você, wanderson, por me guiar no caminho tortuoso que levou a esta monografia. Sua sempre atenciosa perspicácia e seus sempre gentis conselhos pavimentaram o chão sob meus pés.

Devo agradecimentos a tantos. A todos vocês, meus amigos, que indiretamente me suportaram nesta fase. E especialmente a você, Mayara, sempre sol, em dias e noites de lua minguante.

A presença de vocês tem valor imensurável, e, ainda que singelos, estes agradecimentos representam minha gratidão. Obrigado.

## RESUMO

A pergunta sobre a natureza dos fatos e valores morais é, ao mesmo tempo, de crucial importância e de grande dificuldade. Muitas são as possibilidades de respostas que ofereçam explicações sobre tais fenômenos. Este trabalho tem por objetivo mapear e classificar essas propostas, inseridas no recorte da metaética analítica, tendo seu foco sobre dois tipos específicos: o realismo e o subjetivismo. São apresentados critérios para a classificação, seguidos de posições, suas defesas e argumentos. Realismo e subjetivismo são contrapostos em suposições e consequências, além de serem expostos seus diálogos internos e interfaces. Por fim, são feitas considerações no sentido de investigar possíveis critérios de comparação entre as posições, tais como possíveis consequências indesejáveis e maior valor explicativo.

**Palavras-chave:** Metaética; Fato Moral; Valor Moral; Realismo; Subjetivismo.

## **ABSTRACT**

The question about the nature of moral facts and values is, at the same time, one of crucial importance and of great difficulty. There are many possible answers that may offer explanations on that phenomena. This work has as its objective to map and classify those positions, all inserted in the analytical metaethics field, having its focus on two specific kinds: realism and subjectivism. We present criteria for classification, followed by positions, their defenses and arguments. Realism and subjectivism are contrasted in their presuppositions and consequences, in addition to being exposed their debates and interfaces. Lastly, we make considerations in the sense of investigating possible comparison criteria between the positions, as undesirable consequences and greater explanatory value.

**Keywords:** Metaethics; Moral Fact; Moral Value; Realism; Subjectivism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO 1 - O SUBJETIVISMO MORAL</b> .....	13
1.1 O projetivismo, o não-cognitivismo e o <i>quasi</i> -realismo de Blackburn .....	15
1.2 O ceticismo moral de Mackie.....	17
1.3 A resposta de McDowell à crítica de Mackie .....	20
1.4 Harman e a melhor explicação da moralidade .....	22
1.5 O expressivismo cognitivista de Horgan e Timmons .....	25
<b>CAPÍTULO 2 - O REALISMO MORAL</b> .....	27
2.1 A crítica de Moore ao naturalismo .....	28
2.2 Os deveres <i>prima facie</i> no intuicionismo de Ross .....	30
2.3 As definições de propriedades no naturalismo de Boyd.....	32
2.4 O naturalismo não-reducionista de Sturgeon frente ao desafio de Harman.....	34
2.5 Jackson e sua redução naturalista de propriedades morais .....	36
<b>CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS</b> .....	39
3.1 Riscos e benefícios do realismo .....	40
3.2 Deficiências e vantagens do subjetivismo .....	42
<b>CONCLUSÃO(?)</b> .....	45
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	47

- A liberdade de especular é necessária...
- “E o Senhor Deus tomou o Homem e colocou-o no jardim do Paraíso para que o cultivasse e guardasse. E...
- ao progresso da ciência. Se o senhor quer que nos embaracemos com a adesão cega, com o dogma aceito sem raciocinar, então é que prefere...
- “deu-lhe esta ordem: poderás comer o fruto de todas as árvores do jardim; mas o da árvore da ciência do bem e do mal...
- deixar o mundo na mesma negra ignorância e superstição contra a qual afirma que sua Ordem tem...
- “não comerás, porque no dia em que comeres, morrerás...
- lutado. Nem podemos jamais vencer a fome, a doença, o nascimento de monstros, ou fazer o mundo um pouco melhor do que tem sido por...
- “E a serpente disse à mulher: Deus sabe que no dia em que comeres desse fruto os vossos olhos se abrirão e sereis como deuses, conhecendo o bem e o mal.”
- doze séculos, se a especulação for proibida em todas as direções e se cada pensamento novo for denunciado...

Walter M. Miller Jr., *Um Cântico para Leibowitz*.

## INTRODUÇÃO

Desde a Antiguidade tem sido ressaltada a importância que tem o fato dos seres humanos viverem em comunidade, interagindo entre si de forma a suprir suas condições de sobrevivência. Esta característica fundamental, juntamente à capacidade de escolha, leva os indivíduos a constantes indagações acerca de suas possíveis ações: qual delas tomar? O que faz de uma possível ação melhor que as demais? Por que agir de um determinado modo e não de outro?

Estudando a história da filosofia, deparamo-nos com uma longuíssima e muito frutífera tradição de questões como essas, juntamente a inúmeras tentativas de fornecer-lhes alguma resposta. A ética, por vezes chamada filosofia moral, é a área responsável por tratar deste âmbito da ação humana entre os demais. Surgem dela noções e conceitos que logo se tornam cruciais para a determinação e avaliação das ações de indivíduos e grupos, como quais decisões são certas ou erradas, o que é bom e o que é mau para os demais ou para a comunidade. Como área distinta da política, a ética se determina pelo caráter da ação de afetar aos demais e gerar nestes melhoria ou deterioração de sua satisfação e bem-estar. Além disso, nela se estabelece uma das mais básicas distinções para compreender a ação: existem ações que parecem corretas sendo, desta maneira, justas e boas, enquanto que, por outro lado, há ações que parecem erradas, injustas e más.

Em termos gerais, a ética se encarrega de explicar e sistematizar concepções acerca de quais condutas devem ser seguidas em situações gerais e específicas. Um sistema ético, neste sentido, apontará para quais ações são capazes de melhorar ou deteriorar a satisfação e o bem estar dos indivíduos. Desse modo, uma determinada ética gera normas a serem seguidas para que a ação escolhida seja a melhor possível. Nesse sentido, ela abarca um âmbito normativo, em que dedica-se a analisar quais ações seriam adequadas em situações gerais determinadas. Ao âmbito normativo da filosofia moral também se pode chamar ética de primeira ordem. Há, porém, outro âmbito crucial: o de segunda ordem, ou metaética. Nele, os objetos de análise são os conceitos, propriedades e relações utilizados pela ética normativa, em vez de situações reais associadas à ação moral. É importante ressaltar tal distinção uma vez que é no segundo âmbito, o metaético, que se enquadram as reflexões aqui abordadas.

As ações morais, da mesma maneira que outros objetos do discurso, não podem simplesmente ser valoradas como verdadeiras ou falsas, uma vez que verdade e falsidade se aplicam tão somente a proposições. Por isso, ações morais submetem-se ao que chamamos de

valores morais que as classificam como corretas ou incorretas, justas ou injustas, adequadas ou inadequadas, boas ou más, dentre outras possibilidades. Tais valores podem ser compreendidos e aplicados de diversas maneiras, gerando inúmeras possibilidades de interpretação e compreensão. Despontam então os julgamentos morais - juízos emitidos na avaliação das ações -, que se dão em função destes valores, aplicando-os a ações particulares ou arquetípicas.

Tal assunto tem lugar privilegiado no pensamento de muitos dos grandes nomes que percorrem toda a história da filosofia. Platão encara o bem como a mais importante e originária entre todas as formas, pensando-o na metáfora do Sol. O bem é a mais superior e bela das formas perfeitas de seu mundo suprassensível. É um ente que existe por si próprio e está em grau ontológico mais elevado que o mundo de cópias imperfeitas em que habitamos. De acordo com Platão, o bem não somente serve de guia para a ação daquele que o conhece, mas uma vez conhecido compele este a agir de acordo com seus preceitos. Conhecer o bem faz agir em concordância com ele.

Kant, com seu Imperativo Categórico, põe os princípios da ação moral em categoria semelhante. Tal Imperativo seria universal a todo ser racional, sendo parte indissociável de sua estrutura cognitiva. Agir de acordo com os preceitos da razão significa, desta forma, agir bem e livremente. Os valores morais, destarte, estariam imbuídos na estrutura mesma da razão, podendo ser tomados e acessados objetivamente. Fato é que tanto na posição de Kant quanto na de Platão, os valores morais são carregados de prescritividade: ao se conhecê-los, torna-se necessário segui-los. Essa afirmação coloca as propriedades morais em categoria distinta das de outros tipos, carregando-as da capacidade de não apenas influenciar, mas de guiar a ação.

Na contemporaneidade, surgem dúvidas quanto a essa suposta objetividade dos valores morais. Estariam eles de fato imbricados no tecido do mundo? Ou seriam mesmo categorias universais presentes em todos os seres racionais, incluindo assim todos os grupos e culturas do mundo? Fato é que há grande diversidade de povos espalhados pelo mundo, agindo cada um à sua maneira. Não somente suas ações variam, mas também suas considerações morais acerca destas são diversas e muitas vezes opostas. Enquanto que para a cultura cristã o sacrifício humano é ato errado e abominável, para certos povos americanos pré-colombianos, como os Incas, era um importante hábito que significava, inclusive, a valorização da humanidade. Em um exemplo mais atual, vemos o despontar de movimentos feministas em grupos por todo o mundo, ao mesmo tempo em que há comunidades onde às

mulheres são negados direitos civis básicos, e outros onde existem tradições de mutilação física ou mesmo de feticídio.

Não restam dúvidas quanto à existência de significativas variações no comportamento moral entre os diferentes povos. A grande questão com a qual nos deparamos é, então, a seguinte: existe algo de objetivo que possa guiar as ações morais humanas ou estas se dão somente segundo costumes culturais e decisões individuais? Existem diferentes respostas que vão em direção a cada uma destas possibilidades.

Para compreender as respostas oferecidas pela metaética analítica, sobre a qual se deterá este texto, faz-se necessário que primeiro compreendamos alguns conceitos fundamentais. De acordo com o critério que adotamos, ao qual abordaremos mais adiante, a primeira questão que se levanta ao caracterizar uma concepção dos julgamentos morais é aquela sobre o conteúdo cognitivo de tais afirmações. Se sentenças contendo termos morais tiverem conteúdo cognitivo, então terão significado, formarão proposições e poderão ser valoradas como verdadeiras ou falsas. Este parece ser o pressuposto da moralidade de senso comum, uma vez que quando alguém afirma, por exemplo, “é errado matar um árabe numa praia”, este pretende que tal frase seja verdadeira. Posições segundo as quais afirmações deste tipo são valoráveis são caracterizadas como cognitivistas.

Existem, contudo, as propostas chamadas não-cognitivistas. De acordo com elas, sentenças morais são desprovidas de significado e não podem, portanto, ser consideradas verdadeiras ou falsas. A ausência de significado não implica, ainda assim, que nada seja comunicado por meio destas afirmações. Posições não-cognitivistas podem oferecer diversas outras maneiras de se compreender os julgamentos morais. R. M. Hare, por exemplo, considera que a linguagem moral sirva como comandos universalizáveis acerca de ações específicas. Para ele, um julgamento moral é uma ordem para que todos ajam de certa maneira em relação a dadas situações. Da mesma forma que uma ordem qualquer não pode ser verdadeira ou falsa, também não o seriam afirmações morais. Essa abordagem da moralidade ficou conhecida como prescriptivismo.

O segundo critério que adotamos de modo a classificar as diferentes posições metaéticas refere-se à adoção ou não de uma “teoria do erro”. O teórico do erro afirma que julgamentos morais têm significado e podem ser verdadeiros ou falsos, porém todos eles são falsos. Enquanto isso, os que não adotam teorias do erro defendem, por sua vez, algum tipo de “teoria do sucesso”, segundo a qual pelo menos algumas afirmações morais são verdadeiras.

Como se pode perceber, a resposta a essa questão precisa ser dada uma vez assumido o cognitivismo. O teórico do erro irá afirmar o conteúdo cognitivo da moralidade, contudo, defenderá a tese de que existe algum erro ou falha nos processos da moralidade que acaba por tornar todas as afirmações morais falsas. Uma possibilidade é negar a existência de propriedades morais, fazendo com que toda afirmação que as contenha falhe em referir ao que pretende, sendo, destarte, falsa.

Àquele que considerar verdadeiras ao menos algumas das proposições morais, doravante, caberá responder ao nosso terceiro e último critério que trata sobre se os termos morais dependem ou não da mente. Este é o critério crucial para a divisão deste trabalho, pois diferentes respostas levarão as posições a serem classificadas como realistas, de um lado, e subjetivistas, de outro. Se a verdade de proposições morais não depender da mente humana, e tais proposições continuarem verdadeiras ainda que não existam seres morais, então as propriedades morais são intrínsecas ao mundo, são objetivas. Esse objetivismo é a característica distintiva pela qual definimos posições realistas. Por outro lado, se a verdade das afirmações morais depender da mente, não podendo ser dada independentemente desta, então teremos uma posição subjetivista. Isto significa que os valores morais não existem na ordem natural do mundo, mas são fenômenos humanos, gerados e mantidos por fenômenos internos ao sujeito.

Embora possa parecer simples, o critério da dependência da mente pode gerar diversas complicações. Como poderíamos afirmar que valores morais são objetivos sem a mediação de processos mentais? A percepção de tais propriedades depende do aparato cognitivo do sujeito; a própria linguagem em que isto é expresso depende da mente. Esse tipo de crítica tira o mérito e a utilidade de um critério que aborde a dependência da mente em termos tão simples. Contudo, nossa proposta não se atém a todos os tipos de dependência da mente, mas a um em específico: se, segundo a posição em questão, as propriedades morais só existirem quando percebidas ou ponderadas pelo sujeito, então esta será uma posição subjetivista; se for considerado que uma propriedade moral exista mesmo que ninguém a perceba ou sobre ela pondere, estará sendo defendida uma posição objetivista, e, portanto, realista.

O critério escolhido a fim de determinar o significado da dependência da mente é intencionalmente simples. Em vez de apelar, como outros fazem<sup>1</sup>, a teorias reativo-

---

<sup>1</sup> Para essa discussão, ver Joyce, 2007.

dependentes ou outras distinções complexas, optamos por manter a carga intuitiva suscitada pela dependência da mente. Além disso, ela evidencia o objetivismo adotado pelo realista. A intenção aqui imbuída não é a de oferecer uma fórmula universal, aplicável a outras áreas como definidora de tal dependência, mas somente apresentar um guia para a compreensão. Podem ser graves os problemas gerados pela distinção entre aquilo que depende ou não da mente. Tal fato leva alguns pensadores, como Sayre-McCord, a abolirem a diferenciação entre subjetivismo e realismo. Segundo ele, uma teoria cognitivista que admita a verdade de algumas proposições morais cumpre os critérios para ser considerada realista. Assim, todo teórico do sucesso seria, de imediato, um realista.

Nosso objetivo, contudo, é o de explorar mais profundamente quais são as direções tomadas pelas diferentes posições. O subjetivismo é, claramente, uma posição mais alinhada ao antirrealismo; enquanto isso, o objetivismo parece corresponder imediatamente à compreensão do que seria o realismo forte. Parece importante manter tal distinção para que sejam compreendidas as diferenças que dividem uma e outra posições teóricas. Uma alternativa seria utilizar a distinção entre realismo mínimo e realismo robusto: o que chamamos de subjetivismo correspondendo ao primeiro, o que chamamos de objetivismo correspondendo ao segundo. Embora seja benéfico manter essa possível abordagem em mente, é mais interessante para nossos méritos explicitar as diferenças do que atenuá-las. Nosso critério identifica objetivismo e realismo morais, com a intenção de demarcar o realismo como a posição forte que mantém o núcleo objetivista. Isso, conquanto, não significa que subjetivistas não possam fundar bases também sólidas para os julgamentos morais.

Os critérios que escolhemos para distinguir as posições metaéticas analíticas são, portanto, o cognitivismo, a adoção de uma teoria do sucesso e a dependência da mente. Tais critérios de classificação são os mesmos defendidos por Joyce (2007), variando somente a nossa delimitação da dependência da mente. Eles devem ser aplicados nesta ordem, uma vez que apenas terá sentido falar sobre teorias do erro ou do sucesso se o cognitivismo estiver pressuposto, ao passo em que a distinção acerca da dependência da mente já supõe, por sua vez, uma teoria do sucesso. Como vimos, em nossa distinção o maior peso recai sobre a dependência ou não da mente. Isso se dá em virtude da delimitação do escopo das posições de que aqui trataremos. Serão abordadas posições subjetivistas e realistas, que, embora todas pertencentes à discussão metaética analítica, assumem diversas variedades. Além disso, foram incluídos o não-cognitivismo de Blackburn e a teoria do erro de Mackie. O intuito deste presente texto não é exaurir o tema e os autores, nem apresentar em toda a sua

profundidade as discussões contemporâneas que tocam o assunto. Sem dúvida, há aspectos e posições relevantes que, pelas limitações temporais e formais, ficaram de fora desta incursão ao tema. Contudo, pensamos que os recortes, ainda que feitos por necessidade, conferem especial interesse às discussões abordadas.

Por motivo dos critérios adotados na classificação, a presente monografia foi subdividida em três capítulos. No primeiro, “o subjetivismo moral”, abordaremos tal posição expondo seus pressupostos e defesas. Apresentaremos, primeiramente, a posição de Blackburn - não-cognitivista - e a de Mackie - teórico do erro -, seguidas de outras três posições subjetivistas. Em seguida, no segundo capítulo, “o realismo moral”, apresentaremos, em estrutura semelhante à do primeiro, a posição realista em cinco diferentes versões. A discussão dessas posições será guiada pela crítica de Moore ao naturalismo. Por fim, no terceiro capítulo, “considerações críticas”, confrontaremos mais diretamente os pressupostos e as consequências de se adotar uma ou outra posição, na tentativa de discutir critérios de decisão entre elas.

## **CAPÍTULO 1 - O SUBJETIVISMO MORAL**

Ao longo dos séculos, a discussão em torno dos fatos e valores morais gerou resultados e argumentos variados e muito interessantes. A maneira mais comum de compreender as posições desta área é dividindo-as entre realistas e antirrealistas: de um lado os que defendem a existência objetiva de fatos morais, de outro os que a negam. No século XX, contudo, há um aprofundamento da discussão que cria diversos novos modos possíveis de se compreender os fenômenos da ética. Inserido no chamado “positivismo lógico”, por exemplo, A. J. Ayer sustenta que afirmações contendo termos morais são desprovidas de conteúdo cognitivo e, sem significado, não expressam mais do que emoções. Torna-se claramente delineado, nesta posição, o chamado não-cognitivismo, que aborda a moralidade de maneiras diversas.

Da maneira como o definimos, o subjetivismo metaético é uma posição cognitivista, o que significa a admissão de que sentenças morais tenham significado e possam ser valoradas. Além disto, para ser subjetivista uma teoria moral deve aderir a uma teoria do

sucesso - ao menos algumas proposições morais são verdadeiras. Estes dois critérios são cumpridos tanto pelo realista quanto pelo subjetivista; o critério que os distingue é se consideram fatos morais como sendo objetivos. O objetivista crê que sim, o subjetivista que não. Por isto mesmo o termo “subjetivismo”: pois a atribuição de propriedades morais a fatos depende de condições mentais subjetivas.

De acordo com as posições consideradas subjetivistas, valores morais não fazem parte da estrutura do mundo. Não são propriedades cuja existência independe de sua percepção, como se pretende que sejam as qualidades naturais, observáveis empiricamente e analisáveis pela ciência. Tendo negado a existência objetiva deste tipo de fatos, o subjetivista não precisa encontrar para eles lugar em sua ontologia. Contudo, deve oferecer uma explicação acerca do que se tratam a moralidade e a experiência moral, além de elucidar o que são os termos e julgamentos morais. É esperado de uma tal posição que consiga ainda lidar com a prescritividade normalmente atribuída a afirmações morais. Em suma, deve ser capaz de explicar em seus termos a fenomenologia da moral.

Talvez o argumento mais favorável à adoção de uma perspectiva subjetivista seja o argumento da discordância moral. Pela observação de grupos e culturas, são facilmente perceptíveis as divergências entre os códigos de conduta de uns e outros. Enquanto para uma sociedade determinada conduta pode ser algo cotidiano, para outra pode ser condenável. Um dos inúmeros exemplos possíveis é o da poligamia, habitual em algumas culturas e condenada em outras. Divergências deste tipo podem causar certa desconfiança quanto a posições realistas, uma vez que, se fatos morais são objetivos, a discordância reflete algum tipo de falha no acesso a eles. Desta maneira, a posição realista parece denotar que algumas culturas tenham melhor acesso aos fatos morais que outras e por isso sejam mais corretas e verdadeiras.

Defendendo que as propriedades morais não fazem parte da estrutura do mundo, a posição subjetivista é frequentemente associada ao relativismo. Em grandes linhas, o relativismo pode ter duas versões: a culturalista e a subjetivista. De acordo com a primeira, a moralidade é enraizada na cultura de um povo, sendo este seu único fundamento. Desta maneira, o relativismo quanto à cultura afirma que as concepções morais de diferentes culturas são equivalentes, enquanto que verdades morais são relativas a cada sociedade. Por outro lado, o relativismo subjetivista afirma que cada indivíduo carrega seu próprio conjunto de verdades morais, sendo que não há superioridade entre as posições. Assim, julgamentos

morais serão valorados sempre de acordo com o sujeito pelo qual são emitidos. Tal impossibilidade de verdades morais intersubjetivas não é, entretanto, característica necessária das posições subjetivistas que abordamos. Embora o termo repita-se, nem todo subjetivismo é relativista.

Por elementos como esses, associados ao antirrealismo, o subjetivismo parece carregado de um peso metafísico e epistemológico menor que o realismo. É uma posição mais cética, e, por isso, mais fraca. Ainda assim, é aparentemente capaz de oferecer boas explicações para os fenômenos da moralidade. Como veremos mais adiante, entretanto, o subjetivista não detém todas as vantagens. Há respostas plausíveis a muitas de suas críticas e objeções e existe uma disputa acerca de qual posição recebe o ônus da prova, como veremos no debate entre Harman e Sturgeon.

Nem todos os autores de que tratamos nesta parte do texto, dedicada ao subjetivismo, são, de fato, subjetivistas. É necessário ressaltar a dificuldade, já abordada, de classificar algumas destas posições. Além disto, a discussão metaética não ocorre somente entre realismo e subjetivismo, mas também inclui pensamentos antirrealistas de forma mais ampla. De modo a apresentar esta face da discussão, além de posições antirrealistas possíveis, selecionamos dois autores de crucial importância para o desenvolvimento do pensamento moral contemporâneo. São eles Blackburn, um não-cognitivista, e Mackie, um teórico do erro. Em seguida avançaremos a posições mais propriamente subjetivistas, variadas, todas também centrais para a compreensão deste debate.

### **1.1 O projetivismo, o não-cognitivismo e o *quasi*-realismo de Blackburn**

Simon Blackburn (1944, -) é um filósofo britânico que teve grande impacto na filosofia moral contemporânea. Sua posição metaética adere ao não-cognitivismo, ao projetivismo e ao programa *quasi*-realista. Por ser não-cognitivista, seu pensamento não se enquadra perfeitamente como uma posição subjetivista, apesar de seu projetivismo afirmar a dependência da mente, justamente o que nos serve de critério distintivo do subjetivismo. Todavia, por sua grande influência na área relevante para este texto, trataremos dele nesta seção por sua caracterização antirrealista.

O projetivismo é uma posição metaética que pode ser bem compreendida como uma explicação causal da experiência moral. Um julgamento moral tem início na observação de

uma ação por parte de um sujeito, que em seguida profere o juízo acerca dela. Tomemos por exemplo a afirmação "a ação x é má". A compreensão causal de tal julgamento começa com a realização da ação x no mundo; em seguida, há a percepção sensorial do sujeito que a observa; o sujeito pode, então, formar crenças sobre a ação x - como as intenções de quem a praticou, suas consequências, etc.; tais crenças desencadeiam no sujeito uma emoção - e.g., de desaprovação; o sujeito então *projeta* tal emoção em sua experiência do mundo, o que resulta em seu julgo de que a ação x seja má. Há aqui, por meio da projeção de um conjunto de emoções sobre a ação, a criação de uma propriedade nova, o mal. Isto não significa que o observador perceba a instanciação do mal no mundo, mas sim que este julga que o mundo contenha certa propriedade, que é resultado não de uma descoberta no mundo, mas de uma experiência emocional.

Blackburn defende ainda o chamado *quasi-realismo*. Mais que uma posição, este se trata de um programa filosófico. Um *quasi-realista* é alguém que endossa uma postura antirrealista quanto à metafísica, mas que busca meios para garantir seu direito de usar os termos e o discurso moral da mesma maneira que um realista. Desta maneira, mesmo que em sua lógica subjacente uma afirmação moral não seja passível de valoração como verdadeira ou falsa, ainda será legítimo proferi-la. Proposições como "a sentença 'roubar é errado' é verdadeira" e até mesmo "a propriedade do mal é instanciada pelo roubo" poderão ser utilizadas se estiver garantida a valoração das afirmações morais.

Sendo um não-cognitivista, Blackburn defende que julgamentos morais são desprovidos de significado, de forma que a afirmação "roubar é errado" significa o mesmo que "roubar: Buuu!". Em sua lógica subjacente ou "gramática profunda", tal proposição não tem valor cognitivo, não sendo passível de valoração. Entretanto, no uso corrente da linguagem natural, as atribuições dos valores verdadeiro e falso não seguem tal gramática profunda, mas somente uma de superfície, cujas valorações proposicionais são dadas por algum critério realista ingênuo. Desta maneira, é por sua gramática proposicional de superfície que sentenças morais podem ser ditas verdadeiras ou falsas.

O não-cognitivismo, o projetivismo e o *quasi-realismo* são posições independentes entre si. Um não-cognitivista pode não ser projetivista ou *quasi-realista*, um projetivista não precisa ser não-cognitivista ou *quasi-realista* e um *quasi-realista* não necessariamente será não-cognitivista ou projetivista. O que distingue o pensamento de Blackburn é justamente a associação e a interconexão criada entre as três diferentes posições.

Parte importante da contribuição deste autor para a discussão metaética é um argumento contra o realismo moral. Em parte pela complexidade deste, em parte por não tocar diretamente a questão de interesse, não o abordaremos neste texto. Basta-nos apresentar o conceito de sobreveniência<sup>2</sup> que é fundamental para sua crítica e será importante para a discussão vindoura. Um conjunto de propriedades A sobrevêm sobre outro conjunto de propriedades B somente se dois objetos não possam diferir em relação às propriedades A sem também diferirem em respeito às suas propriedades B. Ou seja, não pode haver uma diferença em A sem que haja uma diferença em B. Tal conceito é importante pois é comumente mantido que propriedades morais sobrevenham sobre propriedades naturais. É necessário que quem mantenha tal afirmação explique como se dão as relações entre propriedades morais e naturais, bem como responder aos problemas por ela gerados.

## 1.2 O ceticismo moral de Mackie

John Leslie Mackie (1917-1981) foi um notável filósofo australiano reconhecido, entre outros, por seus argumentos em favor do ceticismo moral. Sua posição não pode ser qualificada estritamente como subjetivista, mas como uma teoria do erro. Isto significa que embora sua posição seja cognitivista, ou seja, assume que sentenças morais possam ser valoradas como verdadeiras ou falsas, considera que todas elas sejam falsas. Sua posição, assim como a de Blackburn, não é subjetivista; entretanto, é vital para o debate entre realismo e subjetivismo de que aqui tratamos. Sendo assim, apresentaremos seus dois mais célebres argumentos em favor do ceticismo moral, constantes em *Ethics: inventing right and wrong* (1977).

O primeiro destes, chamado por Mackie de "o argumento da relatividade"<sup>3</sup>, toma base na bem conhecida variabilidade dos códigos morais. A moralidade varia entre diferentes sociedades e entre diferentes períodos históricos, as crenças morais variam entre diferentes grupos e classes pertencentes a uma mesma comunidade complexa. Esta variação é um fato da antropologia, e não implica diretamente uma ou outra posição ética, nem sequer se opõe à existência de valores morais objetivos. Existem discordâncias em questões de história, biologia e física, mas isto não nos leva a pensar que seus objetos de estudo não existam. A

---

<sup>2</sup> Algumas vezes, o termo "supervenience" é traduzido por superveniência. Optamos por sobreveniência por ter também o uso cotidiano em português que "supervenience" tem em inglês.

<sup>3</sup> Este argumento (em inglês, "the argument from relativity") é também chamado por outros autores de "the argument from disagreement".

diferença é que, enquanto tais discordâncias científicas são motivadas por inferências especulativas errôneas ou hipóteses baseadas em evidências inadequadas, não é plausível que interpretemos a variabilidade moral da mesma forma.

"Disagreement about moral codes seems to reflect people's adherence to and participation in different ways of life" (Mackie, 1990: 36). Mackie cita o exemplo da monogamia: pessoas aprovam a monogamia porque participam de um modo de vida monógamo; não é porque aprovam a monogamia que passam a participar de um modo de vida monógamo. Causalmente, as crenças e códigos morais parecem tomar base nos modos de vida já constituídos, e não o contrário. Não se quer com isto dizer que a moralidade é puramente convencional. Há e houveram reformadores morais a defender princípios não condizentes com o código moral aceito em suas sociedades; contudo, normalmente tais defesas são de modos de vida já existentes.

In short, the argument from relativity has some force simply because the actual variations in the moral codes are more readily explained by the hypothesis that they reflect ways of life than by the hypothesis that they express perceptions, most of them seriously inadequate and badly distorted, of objective values. (id.: 37)

Tal é o motivo para crer que a variabilidade dos códigos e crenças morais beneficiem uma posição metaética cética: ela é melhor explicada pelo antirrealismo que pelo objetivismo. Mackie pensa que se fatos morais existem, então a discordância moral deve significar que diferentes culturas têm diferentes acessos a eles. Afirmar a verdade objetiva de um princípio moral específico seria afirmar que quem o profere acessa os fatos morais em questão melhor que seus opositores.

Uma possível crítica a tal argumento é a afirmação de que a objetividade moral se aplica não a códigos morais específicos, mas somente a princípios mais gerais. Estes princípios seriam aceitos por todas as culturas e, portanto, não sofreriam com o problema da discordância. Mackie responde dizendo que, mesmo que este fosse o caso, as condições concretas, as diferenças sociais e as preferências pessoais iriam gerar grandes variações na moral. Além disto, a pretensão de objetivismo, em geral, não se aplica somente a princípios gerais mas a afirmações mais específicas. Desta maneira, o argumento continua a atingir as posições realistas.

O segundo e mais importante argumento de Mackie contra o realismo moral é por ele chamado "o argumento da estranheza"<sup>4</sup>. Trata-se de um argumento com duas partes, uma metafísica e outra epistemológica.

If there were objective values, then they would be entities or qualities or relations of a very strange sort, utterly different from anything else in the universe. Correspondingly, if we were aware of them, it would have to be by some special faculty or moral perception or intuition, utterly different from our ordinary ways of knowing everything else. (id.: 38)

Se existirem propriedades morais objetivas, então estas devem ser carregadas com algum tipo de prescrição também objetiva. Isto pois espera-se que julgamentos morais tragam consigo a característica de servirem como guias para a ação, uma carga prescritiva. Isto é derivado da afirmação de Hume (Tratado da Natureza Humana: parte III, seção III) de que a razão jamais poderá ser a causa que motiva a vontade. Se a mera decisão racional não é capaz de motivar a ação e, por outro lado, existem valores objetivos acessados no mundo, então é deles que deve partir a motivação para se agir moralmente. É esta característica que Mackie afirma ser diferente de qualquer outra coisa no universo. Tais valores objetivos, segundo ele, teriam que ser algo como as formas platônicas. Algo como a forma do bem, cujo mero conhecimento já imporá sobre o indivíduo a necessidade de agir de acordo com sua prescrição.

Analogamente, se tais valores objetivos existissem no mundo, teríamos que dispor de algum estranho tipo de faculdade que nos permitisse acessá-los. Os intuicionistas abertamente defendem que este acesso se dá por meio de uma "faculdade da intuição moral". Por meio dela é que poderíamos descobrir acerca das propriedades morais e então valorar julgamentos que as contenham. Mackie não pensa ser esta uma solução plausível, como já foi explorado na exposição sobre o argumento da relatividade. Porém, mais que isto, o autor considera que todas as posições objetivistas, ainda que não o admitam, recorrem a algum tipo de intuição que forneça acesso aos valores morais. Sendo que nenhuma de nossas capacidades cognitivas ordinárias é capaz de acessar uma tal propriedade, é preciso que o objetivista lance mão de alguma faculdade humana que o faça. É justamente pela estranheza de uma propriedade de contenha prescrições objetivas que uma tal "intuição especial" se faria necessária. Nas palavras do autor: "a special sort of intuition' is a lame answer, but it is the one to which the clear-headed objectivist is compelled to resort" (Mackie, 1990: 39).

---

<sup>4</sup> Em inglês, "the argument from queerness".

Por causa do peso metafísico e epistemológico de tais características da posição realista, além da estranheza por elas causada, é que uma posição antirrealista se faria mais interessante. De acordo com Mackie, julgamentos morais são descrições sobre o mundo, atribuições de propriedades a fatos - sejam estas ações específicas ou gerais. Sendo assim, afirmações morais tem por objetivo referir a valores morais objetivos. O valor de verdade de uma tal proposição seria dado, portanto, pela comparação entre seu conteúdo e o mundo. Contudo, se considerarmos que não existem propriedades morais, as sentenças que as contenham falharão em referir e serão, assim, falsas. As afirmações “a ação x é má” e “a ação x não é má” serão ambas falsas pois não existe a propriedade à qual estas pretendem referir. Assim sendo, todo julgamento moral será falso uma vez que pressuporá a realidade de propriedades inexistentes.

Juntos, os dois argumentos de Mackie o motivam, deste modo, a crer que as afirmações morais, embora dotadas de significado, são todas falsas. É necessário salientar que os argumentos de Mackie supõem que julgamentos morais pretendam referir a valores morais objetivos, obtendo desta maneira seu significado. São possíveis outras abordagens, como será exposto mais a frente. Ainda assim, sua discussão teve forte impacto nas discussões contemporâneas. Seus argumentos favorecem posições antirrealistas, servindo também à defesa do subjetivismo.

### **1.3 A resposta de McDowell à crítica de Mackie**

John Henry McDowell (1942, -) é um filósofo sul-africano que defende uma posição difícil de ser caracterizada. Como veremos, ele crê na existência de valores morais no mundo; contudo, tais valores não são independentes da mente, o que, segundo os critérios que adotamos, faz dele subjetivista. Pode-se ainda, sob outros critérios, classificar sua posição como um realismo mínimo, o que de fato é feito<sup>5</sup>.

O principal ponto a ser aqui tratado é a resposta de McDowell à argumentação de Mackie. Como apresentada no artigo "Values and Secondary Qualities" (1988), a crítica é dirigida especialmente à parte epistemológica do argumento da estranheza. Mackie defende que o pensamento avaliativo tem base na sensibilidade quanto aos aspectos do mundo. Da mesma maneira, a avaliação de julgamentos morais deverá se dar comparando a afirmação em

---

<sup>5</sup> Não nos deteremos sobre essa divisão por ela não ser o foco deste texto. Sobre ela, ver Sayre-McCord (1988).

questão com a percepção do mundo. Isto significa que, em posições segundo as quais existem valores reais no mundo, ao avaliar julgamentos morais nós os comparamos com nossa sensibilidade, capaz de acessar tais valores objetivos. Para explicar tal processo, é necessária a adoção de um modelo perceptivo. McDowell pensa ser esta uma boa reconstrução do argumento, que até aqui se mantém plausível. O problema, contudo, reside no modelo perceptivo escolhido.

Mackie sustenta que tal modelo deva ser a consciência perceptiva de qualidades primárias. Com isto, torna-se relativamente simples argumentar que a aparente realidade dos valores morais deve ser enganosa. Pois é difícil aceitar a ideia de que algo semelhante a uma qualidade primária simplesmente "esteja lá", independentemente da sensibilidade humana, e ainda assim motive posturas e vontades nos que dela tomam consciência. Parece absurda a ideia de que algo como uma qualidade primária tenha carga intrinsecamente prescritiva. E daí deriva a "estranheza" de que fala Mackie.

The primary-quality model turns the epistemology of value into mere mystification. The perceptual model is no more than a model: perception, strictly so called, does not mirror the role of reason in evaluative thinking, which seems to require us to regard the apprehension of value as an intellectual rather than a merely sensory matter. (McDowell, 1988: 167)

O modelo perceptivo de qualidades primárias não é adequado para explicar a experiência dos valores, uma vez que esta não é sensorial, mas intelectual. Seria adequado, desta maneira, que Mackie utilizasse um modelo de qualidades secundárias; não o faz pois, seguindo Locke, concebe a experiência de qualidades secundárias de maneira que seria adequada à experiência de qualidades primárias. Portanto, de uma ou outra maneira os valores seriam experimentados como qualidades primárias.

McDowell pensa que esta concepção da experiência de qualidades secundárias esteja equivocada. "A secondary quality is a property the ascription of which to an object is not adequately understood except as true, if it is true, in virtue of the object's disposition to present a certain sort of perceptual appearance" (id.:168). Uma estratégia comum para explicar a experiência dos valores morais é utilizar a analogia com as cores, reconhecidamente qualidades secundárias. Nós entendemos que um objeto seja vermelho em virtude de ele parecer, em certas circunstâncias, vermelho. Isto não acarreta a negação de que tal objeto seja vermelho por causa de características microscópicas de sua superfície; mas uma predicação dada somente nestes termos não representaria a atribuição da qualidade secundária da vermelhidão. Qualidades deste tipo são propriedades genuínas dos objetos. Um objeto ser

de modo a parecer vermelho é um fato independente de ele realmente parecer vermelho a certa pessoa em dada ocasião. Isto significa que qualidades deste tipo são reais, que se instanciam no mundo. Ainda assim, a própria definição de tais qualidades apela a sua percepção; neste sentido, de que dependem de sua experimentação, qualidades secundárias têm caráter subjetivo.

Deste modo é que também os valores podem ser compreendidos: propriedades a que temos acesso por meio de nossa experiência subjetiva. A analogia com as cores, porém, não é completa. "The disanalogy, now, is that a virtue (say) is conceived to be not merely such as to elicit the appropriate 'attitude' (as a color is merely such as to cause the appropriate experiences), but rather such as to *merit* it" (McDowell, 1988: 175). Valores morais, segundo McDowell, não são propriamente qualidades secundárias, mas são melhor compreendidas num modelo que leve em conta a experiência destas em vez da de qualidades primárias. E é por este motivo que falha o argumento da estranheza de Mackie: a experiência de valores morais parece plausível se pensada em analogia à experiência de qualidades secundárias. Quanto à experiência moral, a seguinte afirmação resume a posição de McDowell: "Values are not brutally there - not there independently of our sensibility - any more than colors are; though, as with colors, this does not stop us supposing that they are there independently of any particular apparent experience of them" (id.: 177-178).

#### **1.4 Harman e a melhor explicação da moralidade**

Gilbert Harman (1938, -) é um filósofo estadunidense que defende, em sua ética, uma versão de subjetivismo relativista que comporta a existência de fatos morais. É subjetivista, contudo, porque crê que fatos morais não são objetivos, mas dependem da mente. Trataremos aqui de sua crítica à possibilidade de observação dos fatos morais, além de seu argumento contrário à relevância de tais fatos para explicações morais.<sup>6</sup>

A questão a que Harman se propõe a responder é a seguinte: podem os princípios morais ser testados e confirmados da mesma maneira que podem os princípios científicos? Tomemos o princípio de que se alguém pode decidir entre que 5 pessoas vivam e 1 pessoa morra, ou que 5 pessoas morram e 1 pessoa viva, esta pessoa deve sempre optar pelas 5 pessoas vivas e não pelo contrário. É fácil encontrar exemplos que mostram como tal

---

<sup>6</sup> Na seção 2.4, trataremos da resposta de Sturgeon às críticas de Harman.

princípio pode ser confirmado. Pensemos, entretanto, na possibilidade de haver, num hospital, 5 pessoas que estão morrendo e precisam de transplantes, cada uma de um órgão diferente. Ao mesmo tempo, há neste mesmo hospital um paciente totalmente saudável, que está ali para exames de rotina. Pelos exames, o médico conclui que os órgãos do paciente saudável são compatíveis com as necessidades dos outros 5 pacientes morrentes. Ou seja, se o médico retirar os órgãos do paciente saudável e transplantá-los nos moribundos, terá salvado 5 vidas e perdido uma. Segundo o princípio a que nos referimos acima, esta deveria ser a atitude do médico. Contudo, sacrificar o terceiro saudável não parece ser a coisa certa a se fazer. (Harman, 1977: 3-4).

No caso acima, um princípio moral foi testado e refutado. Este teste, todavia, foi um "experimento de pensamento". O que fizemos não foi comparar uma hipótese com o mundo real a fim de comprová-la ou refutá-la, mas sim compará-la com nossas impressões em relação à hipótese. Da mesma maneira, pode-se dizer que um físico realiza experimentos de pensamento de modo a comparar hipóteses com sua "consciência" do que deveria ocorrer em determinadas situações. Tal "consciência" é fruto da experiência e familiaridade com a teoria adotada. A questão é que hipóteses científicas podem, além disso, ser testadas em experimentos reais, observando fatos e experimentos que ocorrem no mundo. Segundo Harman, princípios morais não podem ser testados desta mesma maneira.

"If you round a corner and see a group of young hoodlums pour gasoline on a cat and ignite it, you do not need to *conclude* that what they are doing is wrong; you do not need to figure anything out; you can *see* that it is wrong" (id.: 4). Harman admite, sem grande receio, que percebemos fatos morais. Isto significa que fatos morais existem; contudo, não que são objetivos. Segundo ele, fatos morais são derivados de séries de conceitos e experiências, associados a teorias e sensações. Somente se pode ter uma crença se os conceitos envolvidos são compreendidos, e estes são o que são pelos contextos a que pertencem. Alguém pode compreender o conceito 'criança' somente dentro da rede de significados que definem os estágios da vida humana, e assim por diante com outros conceitos. As experiências que cada pessoa tem em sua vida moldam as sensações e propensões a sentimentos em situações futuras. Da mesma maneira, a teoria moral assumida, seja ou não conscientemente, atua na avaliação moral de um fato.

Harman defende que observações são sempre impregnadas teoricamente. Só se pode denunciar o fato de terem ateadado fogo ao gato por se deter uma série de conhecimentos: os

estágios da vida humana; o que são gatos; o que é a vida; o que é queimar; etc. "You see what you see because of the theories you hold. Change those theories and you would see something else" (id.: 5). Da mesma forma, quando se sustenta uma teoria moral é que se pode perceber propriedades morais como certo e errado, bem e mal. E estas propriedades serão atribuídas aos fatos de acordo com tal teoria, juntamente às sensações do indivíduo. Desta maneira, quando o indivíduo julga um determinado fato de maneira diferente da que sua teoria aponta, suas sensações estão pondo a prova a teoria. E neste caso de oposição, ou abandona-se a observação, que pode ter sido acometida de erro, ou modifica-se a teoria.

Experimentos científicos também são impregnados teoricamente. Quando o físico vê um rastro de vapor em uma câmara de nuvens, pode tomar isto como significando a passagem de um próton. Porém o significado de 'próton' existe dentro de uma teoria, sendo que o próprio experimento pode ter sido desenhado para testá-la. Da mesma forma poderia ser dito que tal experimento se aproxima da maneira pela qual operam a observação e o julgamento moral. Harman julga que a diferença crucial entre elas seja que, enquanto os fatos da realidade são indispensáveis para explicar o conhecimento científico, eles são irrelevantes para a explicação dos julgamentos morais.

Os fatos morais são irrelevantes para a melhor explicação da moralidade não porque não existem, mas porque é possível explicar os fenômenos da moralidade sem apelo a eles. Um julgamento moral é feito por meio de diversos fenômenos, entre eles os estados psicológicos e as teorias morais sustentadas. Segundo Harman, não precisamos afirmar que existam fatos e propriedades morais no mundo, objetivamente. A explicação destes é plausível recorrendo somente a eventos mentais. Se a melhor explicação para a moralidade não precisa postular fatos morais, então cabe ao objetivista fornecer uma justificativa para aceitarmos sua existência. Este é o desafio proposto por Harman ao realista: que mostre por que seria melhor aceitarmos a existência de fatos morais, sendo que podemos explicar a moralidade sem apelo a eles.

### 1.5 O expressivismo cognitivista de Horgan e Timmons

Terry Horgan e Mark Timmons são filósofos que detêm várias publicações em conjunto. Dentre elas, uma conhecida adaptação de um experimento de Putnam<sup>7</sup> cujo objetivo é atacar o chamado Realismo de Cornell, e em especial a posição de Boyd - da qual trataremos mais adiante. Ao passo em que criticam teses realistas, oferecem uma proposta metaética interessante, diferente da habitual. Chamam-na "expressivismo cognitivista", uma posição não-objetivista que não adere à teoria do erro por considerá-la pouco coerente com a fenomenologia moral.

Segundo eles, Mackie não oferece a melhor explicação possível por crer que a moralidade cometa um erro massivo - supor a existência de propriedades morais. Se uma posição obtiver sucesso em sua explicação sem acusar a experiência moral cotidiana de erro, tanto melhor. A posição dos dois tenta oferecer uma tal possibilidade, tomando bases diferenciadas.

A primeira e mais controversa tese é a de que existem crenças não-descritivas, e crenças morais são deste tipo. Segundo os autores, crenças são estados psicológicos de compromisso que, em geral, se dividem em dois tipos: compromissos sobre o que é e compromissos sobre o que deve ser<sup>8</sup>. Crenças de ambos os tipos envolvem tomar atitudes acerca de estados de coisas atuais ou potenciais. Por exemplo, a crença de que "João devolveu a Maria o dinheiro que ela emprestara" é um compromisso sobre o que é, em específico o estado de coisas possível em que João devolve o dinheiro devido a Maria. Em oposição, a crença "João deve devolver o dinheiro que Maria emprestou" é um compromisso sobre o que deve ser acerca do mesmo possível estado de coisas, ou seja, João devolver o dinheiro que deve a Maria. Crenças não-avaliativas são compromissos sobre o que é, enquanto julgamentos morais simples são compromissos sobre o que deve ser.

Ambos os tipos de compromisso são considerados crenças, por deterem características lógicas, gramaticais e funcionais. Todavia, os autores consideram que exista uma diferença crucial entre os dois tipos: crenças morais não são descritivas. "Whereas the job of ordinary descriptive beliefs is to represent how things are in the world, the job of moral

---

<sup>7</sup> Tal adaptação usa a noção de uma Terra-gêmea moral para evidenciar problemas na posição naturalista. Ver "Troubles on Moral Twin Earth: Moral Queerness Revived," *Synthese*, 1992 (221-260), "New Wave Moral Realism Meets Moral Twin Earth," *Journal of Philosophical Research*, 1990-1991, (447-472).

<sup>8</sup> Em inglês, "is-commitments" e "ought-commitments".

facts is not descriptive but evaluative: one evaluates some potential state of affairs positively or negatively" (Horgan & Timmons, 2006: 233). Tais avaliações normalmente são voltadas a ações. Julgamentos morais, em geral, servem para orientar ações de maneira direta, enquanto crenças descritivas e não-morais só orientam ações se combinadas com desejos ou aversões já existentes. Por exemplo, a crença "alienígenas Vogons destruirão a Terra em uma hora" não parece carregada de algo que guie a ação. Contudo, se alguém tem uma aversão específica a ser destruído junto de seu planeta, é possível que tal crença o leve ao pânico. Por outro lado, se tal pessoa desejar assistir ao fim da vida na Terra, é possível que sente-se no quintal com uma cerveja enquanto olha para cima.

A crença "alguém não deve machucar outra pessoa desnecessariamente", entretanto, parece imediatamente orientar a ação, independentemente de desejos ou aversões. Associado a este tipo de orientação para a ação estão características de experiência: sentimento de exigência, de necessidade obrigatória de agir. "Ought commitments are genuine beliefs whose primary role in human cognitive economy is reasoned action-guidance. Although they are indeed beliefs, they are not descriptive beliefs" (ib.). Chegamos, com isto, ao objetivo de mostrar como podemos considerar crenças morais como sendo não-descritivas.

O interesse em oferecer uma posição que tome crenças morais como não-descritivas, mas capazes de guiar a ação, reside em poder ignorar o status ontológico das propriedades morais. Isto permite a Horgan e Timmons negar um pressuposto fundamental do pensamento de Mackie, o de que julgamentos morais se referem a valores no mundo. Isto pois se crenças morais não são descritivas, não afirmam coisas sobre o mundo. Enquanto isso, por proporem a manutenção do cognitivismo ao afirmarem que existem crenças morais, não abdicam do significado das afirmações que contém valores morais. Tais afirmações representam, em vez de referências a fatos, expressões de compromissos quanto ao que deve ser feito. São carregadas de prescritividade, e evadem à crítica da "estranheza" avançada por Mackie. Os autores pensam oferecer, com esta posição, uma explicação da moralidade não comprometida metafisicamente, porém, capaz de elucidar a fenomenologia da moral.

## CAPÍTULO 2 - O REALISMO MORAL

Da maneira como o definimos, o realismo moral é a posição filosófica segundo a qual: afirmações contendo termos morais podem ser valoradas - cognitivismo -; ao menos algumas delas são verdadeiras - teoria do sucesso -; e assim o são independentemente da existência da mente - objetivismo. O realista moral crê que valores existam no mundo da mesma forma que outras propriedades naturais e que nós, seres humanos, tenhamos acesso epistêmico a estes. É por meio da experiência dos fatos morais que somos capazes de adquirir conhecimento nesta área. As valorações de julgamentos morais, portanto, são dadas pelo confronto das proposições em questão com a realidade. Consequentemente, uma posição realista precisa de uma ontologia que abranja propriedades morais. Além disto, deve explicar o acesso epistêmico que temos a elas.

Contraposto a posturas antirrealistas, o objetivismo parece necessário para se obter condenações fortes, algumas vezes até necessárias, para ações indesejadas. O realista pode considerar atos como a tortura ou o genocídio abomináveis, de acordo não somente com convenções ou sentimentos, mas com a própria ordem do mundo. Nisto o realismo vai em direção ao que parece ser o *modus operandi* da moralidade, aproximando-se do senso comum. Julgamentos morais, intuitivamente, pretendem que sua validade seja objetiva e universal. Se tais juízos alcançam esse status, entretanto, é a questão em disputa.

Dentre as vantagens que o realista tem a seu favor está a admissão da existência de crenças, da deliberação e do avanço no conhecimento moral. Isto conquista à ética certa independência como área de estudo, tornando viável o progresso nos estudos e debates. Fora isso, possibilita compreender o sujeito moral como capaz de deliberar sobre sua ação, de mudar suas crenças. A alternativa seria tomar tal sujeito como somente reativo frente às situações que se apresentam. Como já vimos, esta não é uma prerrogativa exclusiva de posições realistas; contudo, tais consequências favoráveis são mais facilmente conquistadas além de serem, possivelmente, melhor explicadas pelo realista.

A defesa de uma posição metaética realista passa pela negação do não-cognitivismo, da teoria do erro e do subjetivismo. Há uma grande gama de posições possíveis, além da necessidade de se oferecer respostas a questões e críticas importantes. É falsa a suposição comum de que o realista precisa se comprometer com a existência de propriedades não-naturais e possivelmente irreduzíveis, de difícil explicação. Também não é necessário que o ônus da prova acerca da existência de tais propriedades recaia sobre o realista. No que se

segue, apresentaremos uma variedade de perspectivas e argumentos interessantes para a compreensão desta abordagem do pensamento metaético. Desde o não-naturalismo irreducionista de Moore e Ross à direção oposta, o naturalismo reducionista de Jackson, todas as posições selecionadas são de grande importância tanto para a discussão quanto para a formulação das versões de realismo contemporâneas.

## 2.1 A crítica de Moore ao naturalismo

George Edward Moore (1873 – 1958) foi um dos mais proeminentes filósofos de seu tempo, tendo exercido forte influência sobre o surgimento da filosofia analítica. Seus escritos sobre ética, entre os quais o de maior destaque chama-se *Principia Ethica*, são por muitas vezes considerados como marcos que contribuiram para delimitar a agenda da filosofia no século 20. Precursora da abordagem contemporânea, sua filosofia moral não deveu seu grande impacto tão somente à originalidade das teses que manteve<sup>9</sup> mas em grande parte pela força e vigor que imprimiu a elas em seus argumentos. Destacaremos aqui dois aspectos do pensamento mooreano que nos são de interesse: sua posição realista e seu não-naturalismo.

A primeira tese, a de seu realismo, é pouco desenvolvida em sua obra. O filósofo admite uma posição realista afirmando que os julgamentos morais fundamentais designam a propriedade da bondade para os estados de coisas. Se eu afirmo “aliviar a dor é bom”, e tal afirmação é verdadeira conforme a reflexão ética, então, de fato, a bondade se conjuga ao ato de aliviar a dor. Nosso conhecimento acerca de quais atos são bons é tornado possível, frente aos fatos morais, pela nossa intuição. Sua posição, provavelmente, sofreu influência da gramática dos julgamentos morais, que em geral são do tipo em que se designam valores para atos. À época de publicação da obra que aqui abordamos, o debate entre realismo e antirrealismo metaéticos não estava ainda tão consolidado, de maneira que não era tão óbvia a necessidade de defender detalhadamente uma destas posições. De toda forma, Moore não defende longamente seu posicionamento realista em oposição a possíveis alternativas antirrealistas, tomando-o, mais que o defendendo, como ponto de partida.

A segunda tese concentra-se sobre a defesa da autonomia da ética frente outras áreas, afirmando que os valores fundamentais - propriedades atribuídas no julgamento moral - não

---

<sup>9</sup> Sua posição não-naturalista, bem como seu argumento da questão aberta, dos quais trataremos adiante, já haviam sido apresentados e defendidos por Sidgwick - de cujo pensamento não trataremos aqui por questões metodológicas (ver Sidgwick, *The methods of ethics*).

podem ser reduzidos a outras propriedades. Moore toma a propriedade do bem como simples e não-analisável, de forma a torná-la a fundação de sua ética. Defende que o bem não pode ser reduzido ou definido segundo outras propriedades, especialmente por uma não pertencente ao escopo da moral. Deste modo, o autor toma tal propriedade como “não-natural”, por não pertencer aos mesmos tipos de propriedades “naturais” que podem ser investigados pela ciência. O principal argumento em defesa de tal tese ficou conhecido como “argumento da questão aberta”<sup>10</sup>, que toma a seguinte forma:

Premissa 1: se  $x$  é analiticamente equivalente ao bem, então a pergunta “é verdade que  $x$  é o bem?” é desprovida de sentido.

Premissa 2: a pergunta “é verdade que  $x$  é o bem?” não é desprovida de sentido.

Conclusão:  $x$  não é analiticamente equivalente ao bem.

Neste contexto, toma-se  $x$  como alguma propriedade que se queira como equivalente ao bem, como, por exemplo, o prazer. Se prazer e bem tiverem o mesmo significado, então ambos são analiticamente equivalentes; aplicando-se então o princípio da identidade dos indiscerníveis, os dois tornam-se intersubstituíveis. Doravante, se eu afirmo “prazer = bem”, a pergunta feita na premissa 1 pode ser reformulada nos termos “é verdade que prazer é prazer?”, o que caracteriza uma pergunta fechada, sem significado. Aplicando-se o *modus tollens* entre as duas premissas, então, chega-se à conclusão de que o prazer, bem como qualquer outra propriedade que se queira, não é o mesmo que o bem<sup>11</sup>. A questão feita nas premissas é uma questão aberta, o que significa que sua resposta não é dada pelos termos nela contidos. Se equivalermos em significado o bem e alguma outra propriedade, cometeremos a chamada “falácia naturalista”.

Se for verdade que, ao identificarmos a moralidade a um conjunto qualquer de propriedades naturais observáveis estaremos caindo no problema da questão aberta, então os fatos morais não podem ser reduzidos a propriedades naturais. Portanto, o naturalismo moral será falso. Além disso, a ética precisará sempre ser tratada em seus próprios termos, não podendo ser reduzida a qualquer outra área da investigação científica. De fato, há diversas críticas ao argumento da questão aberta. A maioria deles afirma que não é tão conclusivo quanto seu autor teria pensado.

<sup>10</sup> Em inglês, “Open-question argument”. (Principia Ethica, §13).

<sup>11</sup> A intenção de Moore não é a de impossibilitar perguntas sobre quais coisas são boas, no sentido de que contribuem para a felicidade. Seu argumento apenas ataca a equivalência semântica entre uma propriedade moral e uma não-moral. De fato, o autor enfatiza a diferença entre as perguntas “o que é o bem?” e “quais coisas são boas?”. (ib.)

De toda forma, é com este argumento que Moore defende a irredutibilidade de seu conceito ético fundamental - o bem -, ao passo em que põe sob sérias dúvidas a possibilidade da defesa de um naturalismo moral. Assegura ainda, dentro de seu pensamento, a independência da ética, que não pode ser sobrepujada pela investigação empírica. Propõe, ainda que não definitivamente, um desafio às tentativas vindouras de posturas naturalistas, que por fim acabam por ter que lidar com a sua crítica. E conquista um lugar na discussão ampla que viria a se instaurar nas décadas seguintes.

## 2.2 Os deveres *prima facie* no intuicionismo de Ross

Sir William David Ross (1877- 1971) foi um filósofo escocês que ficou conhecido por seus comentários e traduções de Aristóteles, além de seus trabalhos em ética. Suas principais obras na área são *The Right and the Good* (1930) e *Foundations of Ethics* (1939). Na primeira delas, é avançada uma crítica ao utilitarismo ideal que atinge, entre outras, a posição de Moore. Além disso, há a defesa de um realismo moral intuicionista e não-naturalista que se aproxima das posições éticas do senso-comum.

A crença na existência objetiva de fatos e valores morais é característica fundamental de qualquer posição realista. Ross a defende da seguinte maneira:

The moral order [...] is just as much part of the fundamental nature of the universe (and, we may add, of any possible universe in which there were moral agents at all) as is the spatial or numerical structure expressed in the axioms of geometry or arithmetic. In our confidence that these [moral judgment] propositions are true there is involved the same trust in our reason that is involved in our confidence in mathematics [...]. In both cases we are dealing with propositions that cannot be proved, but that just as certainly need no proof. (Ross, 2007: 29-30).

A ordem moral está, desta forma, imbricada no tecido do mundo, tal qual as estruturas e relações matemáticas. Onde quer que haja seres morais haverá tal ordem, uma vez que esta não é contingentemente associada aos estados de coisas deste mundo, mas necessariamente conectada à moralidade. Isto pois Ross afirma que os princípios que defende são auto-evidentes a qualquer pessoa que tenha atingido maturidade mental e pensado a respeito deles. Cumpridas tais condições, nenhuma prova ou evidência, para além do próprio princípio, seria necessária para confirmar sua validade.

A ordem moral de que fala Ross trata de uma série de princípios os quais apreendemos, responsáveis por tornar as ações corretas. São eles: o dever da fidelidade, ou de

cumprir promessas; o dever da reparação, ou de reparar atos errados prévios; o dever da gratidão, ou de agir de forma a retornar ações de outros que nos beneficiaram; o dever de promover o máximo de bem total; o dever da não-maleficência, ou de não prejudicar aos outros. (id.: 21-25) Não há pretensão de que esta lista seja completa, mas o autor afirma que eles não podem ser reduzidos a um princípio geral. Além disto, o conjunto deles serve como guia para a ação, mas não há como deduzir deles o procedimento correto. Da mesma maneira operam os valores: não há bem ou mal intrínsecos, mas uma variedade de bens que nos fazem pensar de uma ação que é boa ou má.

Os princípios de que tratamos são deveres percebidos como evidentes *prima facie*. Este é um aspecto importante para a posição de Ross, e algo inovador no pensamento realista. Dizer que tais deveres são *prima facie* poderia implicar que são apenas aparentes, mas isto não corresponde ao pensamento do autor. Segundo ele, os princípios expressam fatos morais reais. Contudo, representam deveres<sup>12</sup> *prima facie* e não obrigações absolutas que deveriam guiar a ação incondicionalmente. Em vez de imperativos a serem sempre seguidos, servem mais como sugestões e como formas de pensar moralmente as ações.

Somos capazes de apreender tais deveres *prima facie* por meio da nossa intuição, pois é ela, tanto na ética quanto na matemática, que nos permite reconhecer a auto-evidência dos princípios e valores. Para Ross, o acesso aos fatos morais somente depende da maturidade mental e da reflexão sobre eles, sendo possível a qualquer ser humano. Ao seu lado, está o fato de que os princípios apontados estão todos próximos da concepção do senso-comum de quais atos são corretos. Ao mesmo passo em que são diversos os deveres, também o são os valores, chamados pelo escocês de bens. Não há um bem absoluto, mas vários bens equivalentes.

Como vimos, para Ross são vários os princípios a guiar a moralidade. Portanto, Moore equivoca-se ao afirmar que o dever de promover o máximo de bem total seria o único princípio-guia para a ação, sendo que este é somente um de outros também importantes. Tal erro distorce a compreensão do que seria a deliberação moral. Por exemplo, nós pensamos mais sobre o fato de termos feito uma promessa do que sobre as consequências de mantê-la. Quando consideramos sobre qual a melhor ação a ser tomada, as variáveis que são ponderadas parecem ir além do pensamento sobre as consequências. Os princípios morais têm

---

<sup>12</sup> Em outra versão sugerida por Ross, os princípios representam responsabilidades. Seguindo-se tais responsabilidades é que poderia ser tomada a decisão sobre qual a ação correta a ser seguida. (Ross, 1939: 85)

importância maior que as consequências, de modo que o utilitarismo ideal equivoca-se ao tomá-las como fundamentais.

### 2.3 As definições de propriedades no naturalismo de Boyd

Richard Newell Boyd (1942, -) é um filósofo estadunidense, defensor de posições realistas quanto à ciência e a moral. Em seu famoso artigo chamado "How to be a moral realist" (1988), pretende apresentar uma versão naturalista do realismo moral que seja plausível e aceitável. Não é seu intuito provar a superioridade de alguma ética específica, mas somente apresentar uma possibilidade de compreensão que seja mais favorável às posições realistas.

E assim o faz, principalmente, com recurso às "definições de aglomerados homeostáticos de propriedades"<sup>13</sup>. Tais definições têm base em aglomerados de propriedades: "some terms have definitions which are provided by a collection of properties such that the possession of an adequate number of these properties is sufficient for falling within the extension of the term" (Boyd, 1988: 196). Desta forma, não é necessário que um objeto definido desta maneira compreenda todas as propriedades contidas na definição para que seja por ela definido. Ainda é preciso explicar, então, por que estes aglomerados são homeostáticos. Nas palavras do autor:

There is a family F of properties which are 'contingently clustered' in nature in the sense that they co-occur in an important number of cases. Their co-occurrence is not, at least typically, a statistical artifact, but rather the result of what may be metaphorically (sometimes literally) described as a sort of *homeostasis*. Either the presence of some of the properties in F tends (under appropriate conditions) to favor the presence of the others, or there are underlying mechanisms or processes which tend to maintain the presence of the properties in F, or both. (id.: 197)

É importante ainda ressaltar que tais definições não são analíticas, completas ou rígidas, isto é, dependem de sua formulação na linguagem natural e não pretendem ser exaustivas quanto a quais propriedades recaem sobre o objeto definido. Haverá mesmo casos em que não será possível decidir sobre o cumprimento dos requisitos definicionais. Sendo as propriedades em questão contingentes, as definições também o serão, de maneira que podem ser mudadas. De fato, estes processos de mudança constituem parte da possibilidade de avanço do conhecimento.

---

<sup>13</sup> Em inglês, "homeostatic property-cluster definitions" (Boyd, 1988: 196-199).

Uma tal definição será aplicada a tipos, relações, propriedades e outros termos de segunda ordem. Será formada sempre por algumas ou todas as propriedades do aglomerado homeostático juntamente a todos ou uma parte dos mecanismos que a ela subjazem. A questão sobre quais são estas propriedades e estes mecanismos será *a posteriori*, bem como aquela sobre a importância individual de cada um para a definição. Isto se dá pela natureza mesma deste tipo de definição, baseada na contingência das propriedades aglomeradas no *definiens*. Além disso, é característica importante deste tipo de definição que ela se dá em termos naturais, distintos dos tipos de definições baseadas em convenções.

No refinement of usage which replaces [the *definiendum*] by a significantly less extensionally vague term will preserve the naturalness of the kind referred to. Any such refinement would either require that we treat as important distinctions which are irrelevant to causal explanation or to induction or that we ignore similarities which are important in just these ways. (id.: 198)

De acordo com Boyd, estas definições não podem ser substituídas, sem prejuízos, por outras mais precisas extensionalmente. As consequências de uma tal alteração tornar-se-ão mais claras quanto analisarmos a utilização deste tipo de definição em relação aos termos morais.

O refinamento com que o autor trata as definições tem por objetivo fornecer ao realista moral uma possibilidade de responder às pesadas críticas antirrealistas, além de tornar viável uma abordagem naturalista. Ao requisito de que uma teoria sobre os julgamentos morais deva explicar por que estes detêm a característica de compelir à ação, pode responder-se que o próprio ato de valoração já é suficiente para tanto. Julgar uma ação como boa já carrega-a de carga prescritiva. A primeira objeção a que se pode responder, então, é a de Moore, segundo a qual uma tal abordagem cometeria a falácia naturalista. Mesmo que o realista moral defina um valor, e.g. o bem, como propriedade(s) física(s), ele pode negar que tal definição seja analítica, uma vez que não se poderia afixar a identidade entre um e outro. Isto por causa das propriedades da definição, que se mantém aberta e vaga. Sendo a definição dada somente em linguagem natural e não constituindo indiscernibilidade, a pergunta acerca da identidade entre uma tal propriedade física e o bem permanece aberta.

Outra crítica a que se pode dar resposta é a da larga divergência de conceitos e opiniões morais, que apontam em favor de posições antirrealistas. Uma vez que compreendamos os valores utilizados nos julgamentos morais por meio do tipo de definição proposto, estes passam a ser referidos por uma gama maior de situações. A fatos morais podem ser atribuídos, por exemplo, o valor do bem, mesmo que diferentes sujeitos o façam com base em diferentes motivos. Ainda assim a referência não falhará, pois o conjunto de

propriedades que define o bem será amplo, aberto e variável. Diferentes culturas podem, desta forma, compreender um mesmo valor moral de diferentes maneiras, além de emitir diferentes juízos morais acerca de um mesmo fato, sem estarem, de fato, contradizendo-se. Além disso, uma tal abordagem natural dos termos permite o avanço do conhecimento moral, de maneira que possíveis divergências entre concepções de valores possam contribuir entre si para o avanço na compreensão do termo.

Boyd propõe um forte paralelo entre o estudo científico e o da moral. Sendo que investigações de áreas como a física, a química ou a biologia têm base em análises empíricas e teóricas, da mesma forma compreende que a ética deveria proceder. Seria por meio da observação dos fatos morais que poderia avançar o conhecimento moral. Tal possibilidade firma-se sobre o paralelo entre a investigação ética e a moral, no sentido em que ambas têm suas observações como teórico-dependentes ("theory-dependent"). Para tanto, a filosofia moral deveria tomar como uma base sólida as atribuições de valores formados ao longo da história das reflexões sobre o assunto. Por mais que a investigação empírica seria já perspassada pela teoria existente, isto também ocorre na investigação científica. Esta é, pois, a fundação de sua proposta ética: não havendo axiomas definindo rigidamente as atribuições de valores aos fatos, devemos confiar em nosso arcabouço existente. A partir do conhecimento já adquirido, seríamos capazes de avançar no conhecimento moral.

#### **2.4 O naturalismo não-reducionista de Sturgeon frente ao desafio de Harman**

Um dos mais relevantes debates da metaética contemporânea é o entre Harman - defensor de um subjetivismo relativista -, e Sturgeon - que defende um realismo naturalista. Harman afirma que a melhor explicação para os fenômenos morais, como as observações e crenças, não depende da existência de fatos morais, podendo, portanto, ignorá-los. De fato, ele duvida que algum fenômeno exija o apelo aos fatos morais para que seja explicado. Seu desafio, então, é o seguinte: àqueles que defendem a existência de fatos morais cabe explicar como estes se relacionam com as explicações não-morais que parecem adequadas para explicar os mesmos fenômenos. Harman lança o ônus da prova para o realista, pois, se explicações plausíveis podem ser dadas sem a necessidade dos fatos morais, por que seria melhor mantê-los? Segundo ele, a única maneira de se escapar de um ceticismo moral seria encontrando definições redutivas para os termos da ética.

A isto, Sturgeon responde analisando a crítica e apresentando sua própria versão de uma ética naturalista e não-redutivista. Começamos por sua proposta ética. Há nela profundas semelhanças com a posição de Boyd. De fato, ambos pertencem - juntamente a outros como David Brink - a um movimento filosófico que recebeu o nome de Realismo de Cornell, pela aproximação de suas posições metaéticas e seu pertencimento à estadunidense Universidade de Cornell. Entre as teses compartilhadas estão abordagens que traçam paralelos entre os estudos da moral e desenvolvimentos recentes das filosofias da ciência, da linguagem e da epistemologia. Estão incluídos em uma tal perspectiva uma tendência ao coerentismo epistemológico e ao holismo confirmacional.

Segundo Sturgeon, estudos como o das partículas subatômicas estão sujeitos ao mesmo tipo de limitações que a investigação moral. Ambas somente são possíveis num contexto onde haja um conjunto acumulado de conhecimentos de fundo, do qual se possa partir. Além disto, é preciso pressupor que, ao menos a grosso modo, tal conjunto de conhecimento teórico seja verdadeiro. Assim como muitos dos experimentos nesta área da física são teóricos, da mesma maneira operam as observações morais. Se, segundo Harman, não é necessário que existam fatos morais a suportar a observação moral, também não seria necessária a existência de micropartículas para a investigação desta área da física. Desta maneira, Sturgeon afirma que a crítica de Harman não atinge somente o realismo moral, mas também o científico. Seu desafio, então, não é específico para a investigação ética, mas traça o caminho de uma estratégia cética geral.

Tendo tal conjunto prévio de conhecimentos teóricos e assumindo sua (parcial) correção, seriam então possíveis experimentos práticos de observação dos fatos morais. O ponto que Harman põe a prova é justamente a da existência objetiva de tais fenômenos, os fatos morais. Sturgeon, respondendo-o, propõe um argumento baseado em exemplos. Citemos o mais impactante, no qual assumimos duas premissas para chegar a uma conclusão (Sturgeon, 1988: 232):

Premissa 1: Hitler foi uma pessoa moralmente admirável.

Premissa 2: Nenhuma pessoa moralmente admirável iria instigar e supervisionar a degradação e morte de milhões de pessoas.

Conclusão: Hitler não instigou e supervisionou a degradação e morte de milhões de pessoas.

Segundo a forma do silogismo, tal conclusão se segue das premissas. Porém, pela observação dos fatos, podemos facilmente perceber sua falsidade. Assim sendo, uma das premissas deve ser falsa, e, por isso, abandonada. Contudo, não há grandes dificuldades em perceber qual delas deve ser deixada de lado. Muito dificilmente alguém decidiria por abandonar a segunda premissa, que representa não mais que um simples e plausível princípio moral. Desta maneira, observando um fato moral, chegamos à conclusão de que Hitler não foi uma pessoa moralmente admirável.

Outro exemplo similar avançado por Sturgeon é o de um calouro estudante de química. Se em um experimento ele obtém um resultado diferente do que fora teoricamente esperado, este não procederá por concluir que toda a teoria química em questão está errada. Levando em conta os elementos contextuais, como sua inexperiência, por exemplo, sua conclusão óbvia seria a de que ele provavelmente cometeu algum erro, e não de que a teoria em questão estaria equivocada. O mesmo procedimento deve ocorrer, segundo o autor, para as observações morais. E estes exemplos, em especial o primeiro deles, servem para demonstrar a dependência dos julgamentos morais da observação dos fatos. Ao menos alguns deles necessitam de fatos para que se sustentem.

A afirmação de Sturgeon é a de que se os fatos morais não fossem desta maneira, ou não existissem, nossas conclusões empíricas que nos levam aos julgamentos seriam diferentes. Se julgamos que Hitler, por exemplo, não foi uma pessoa moralmente admirável, então há nos próprios fatos algo que aponte nesta direção. As observações morais são, de fato, teórico-dependentes, i.e., são influenciadas pela teoria admitida, mas isto não as afeta negativamente. A posição do autor é a de defesa de uma posição naturalista que afirma serem os valores morais naturais, tais quais outras propriedades físicas quaisquer. Além disto, nós detemos acesso epistêmico a elas, desde que tenhamos o suporte de uma teoria que assumamos como, ao menos em parte, verdadeira. Todavia, afirma que valores morais não podem ser reduzidos a outras propriedades, especialmente não-morais; desta maneira sustenta a independência da ética e escapa à ameaça mooreana da falácia naturalista.

## **2.5 Jackson e sua redução naturalista de propriedades morais**

Tratemos agora de um tipo diferente de naturalismo, que acolhe uma versão forte de reducionismo. Falamos da posição metaética de Frank Jackson, defensor da tese de que as

propriedades éticas são propriedades naturais, ou, em suas palavras, "propriedades descritivas". Sua intenção é oferecer uma posição sólida capaz de oferecer um tratamento naturalista preciso aos valores, e conseqüentemente aos fatos morais. Por este, entre outros motivos, sua abordagem difere daquela dos Realistas de Cornell, tendo por objetivo defender a possibilidade de um naturalismo forte, reducionista.

Como base de seus argumentos está a pressuposição de que o moral sobrevém sobre o descritivo, de forma que, em uma descrição completa, não pode haver alterações na ética sem que haja alterações na descrição. Tratando de fatos, isto significa que em qualquer situação onde as propriedades descritivas não variem, as propriedades morais também não irão variar.

Para tratar adequadamente de comparações entre propriedades éticas e descritivas, é preciso que se obtenham descrições tão completas quanto o possível. Sendo assim, a posição de Jackson pode ser precisamente explicada pela afirmação: para quaisquer dois mundos possíveis, se suas propriedades morais não forem idênticas, então suas propriedades descritivas também não o serão. Poderia ser dito que isto significa que tais conjuntos de propriedades morais e descritivas são coextensionais, mas esta não é a posição do autor. Para ele, se duas propriedades não somente coincidem, mas não podem deixar de coincidir, então elas não são propriedades diferentes mas a mesma. Com isto, fica evidente o reducionismo defendido por Jackson, pois se invariavelmente a uma propriedade moral corresponder outra natural, então elas serão uma só propriedade.

Apresentaremos a seguir uma versão simplificada de sua teoria, suficiente para a compreensão e nossos propósitos. Para tanto, será mostrado o modo pelo qual Jackson propõe que reduzamos propriedades morais a não-morais. Iniciamos com afirmações éticas simples (Jackson, 1998: 129-143):

A1: Ações más devem ser desencorajadas; ações boas devem ser encorajadas; etc.

Em seguida, substituímos todas as propriedades morais por variáveis:

A2: Ações com a propriedade M estão em relação O para serem desencorajadas;  
Ações com a propriedade B estão em relação O para serem encorajadas; etc.

O que resta então é uma frase desprovida de sentido e de termos morais. O próximo passo é transformar tal proposição em uma chamada sentença de Ramsey:

A3: Existe uma propriedade M e uma propriedade B e uma relação O (e quaisquer outras propriedades presentes no etc.) tal que: Ações com a propriedade M estão em relação O para serem desencorajadas; Ações com a propriedade B estão em relação O para serem encorajadas; etc.

Temos agora uma proposição com sentido que, diferentemente de A1, pode ser compreendida por alguém que não disponha de nenhum conceito moral. Tudo que é necessário para sua compreensão são as propriedades naturais - ou descritivas - contidas na proposição. Em seguida, procede-se por afirmar que é somente desta forma que operam tais propriedades e relações:

A4: Existe uma propriedade M e uma propriedade B e uma relação O (etc.) tal que: Ações com a propriedade M estão em relação O para serem desencorajadas; Ações com a propriedade B estão em relação O para serem encorajadas; etc.

E

Para todo M\* e todo B\* e toda O\* (etc.): Ações com a propriedade M\* estão em relação O\* para serem desencorajadas; Ações com a propriedade B\* estão em relação O\* para serem encorajadas; etc.

SE E SOMENTE SE

$M^* = M \text{ E } B^* = B \text{ E } O^* = O.$

Agora temos o resultado esperado. Com este procedimento, somos capazes de oferecer definições redutivas para as propriedades morais. Por exemplo, para o termo bom:

BOM: O bem é a propriedade B tal que: Existe uma propriedade M e uma propriedade B e uma relação O (etc.) tal que: Ações com a propriedade M estão em relação O para serem desencorajadas; Ações com a propriedade B estão em relação O para serem encorajadas; etc. (Repetem-se então as cláusulas presentes ao final de A4.)

Para quaisquer outras propriedades morais a que se queira definir por meio deste procedimento, basta que sejam incluídas suas variáveis e relações no espaço deixado pelo "etc.". Apesar do caráter holístico das propriedades morais, Jackson pretende que suas relações sejam capturadas por essa estrutura, tornando assim possíveis definições redutivas. Com este arcabouço, seria legítimo tentar oferecer definições naturais para termos morais. A questão que surge, então, é a de se A4 é verdadeira. A resposta a tal questão depende do conteúdo que será oferecido às definições de propriedades e relações constantes na proposição. A proposta do autor é que tal conteúdo seja retirado de uma análise da "moralidade popular madura", que seria o resultado de uma evolução da moralidade popular em um conjunto coerente de valores. De toda forma, o conteúdo a preencher tal estrutura pode variar. A contribuição de Jackson é a forma, capaz de guiar a redução dos termos morais a suas definições naturais.

A resposta que tal proposta dá à possibilidade de recair na falácia naturalista apontada por Moore não é completamente direta. De fato, dentro desta proposta, conceitos como bom e mal, certo e errado podem ser relacionados a mais de um princípio e a relações mais complexas, o que torna mais indireta - e fraca - a aplicação do argumento da questão aberta. De toda forma, as críticas já existentes ao argumento mooreano o enfraquecem. E desta maneira abrem possibilidades a posições naturalistas fortes como o reducionismo de Jackson.

### **CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS**

Após a incursão ao tema, feita a fim de elucidar a natureza do fatos e valores morais, permanecem ainda abertas diversas perguntas: afinal, alguma dessas alternativas explica os fundamentos da moral com maior sucesso que suas concorrentes? Senão por capacidade explicativa, alguma delas leva outro tipo de vantagem? Como uma ou outra dessas visões metaéticas afetam a ética de primeira ordem? Respostas a tais questões podem auxiliar a compreender o estado atual da discussão. Na presente seção, avançaremos alguns breves comentários e reflexões acerca das questões propostas, além de buscar resgatar a proposta original deste trabalho - a de mapear a discussão metaética analítica em torno dos fatos e valores morais.

Como sabemos, a moralidade é um fenômeno do qual fazemos e temos parte. Decisões e julgamentos acerca da maneira correta de agir são constantes e tratados, muitas vezes, como corriqueiros por sua frequência cotidiana. Fato é que na grande maioria dos episódios em que emitimos juízos morais, não estamos pensando acerca dos fundamentos ontológicos e epistemológicos dos valores que atribuímos. Apenas expressamos crenças - ou percepções - incutidas em nossa análise dos atos. Assim como afirmações de outros tipos, não parece ser o caso que o sujeito emissor de um julgamento moral seja cético quanto a verdade deste. Pretende-se que julgamentos morais sejam verdadeiros como se fossem meras descrições dos fatos em questão. Desse modo, fatos e propriedades morais parecem, à moralidade do senso comum, realidades objetivas universalmente acessíveis.

A esta simples fenomenologia da moralidade surgem diversos tipos de explicação. Blackburn vê o sujeito moral ser enganado a crer na objetividade quando projeta sobre fatos seus estados internos. Mackie defende que a moralidade realmente pretenda reportar a propriedades morais, todavia que falhe em fazê-lo. Harman percebe a moralidade como explicável por meio do simples apelo aos processos psicológicos do indivíduo. Os realistas, de forma geral, afirmam que está correta a intuição da moralidade de senso comum, que julgamentos morais realmente reportam a fatos morais objetivos. Sobre essa questão tem base o conflito entre realismo e antirrealismo - há fundamentos reais sobre os quais pode tomar base o conhecimento ético, avançando em direção a um conhecimento verdadeiro? Como essa é uma questão de tão difícil resposta e tratamento, equivalente neste sentido a outras como aquelas sobre a existência de Deus ou da liberdade, seguiremos nossas reflexões por um caminho mais negativo e pragmático.

### **3.1 Riscos e benefícios do realismo**

Como já foi dito, posições realistas tem a seu favor a intuição da moralidade de senso comum, que parece ter inclinações ao realismo. Este benefício teórico permite ao realista ter somente a necessidade de explicar os fundamentos e processos da moralidade. Em oposição, o antirrealista deve encontrar ainda uma defesa plausível de que toda a moralidade equivocava-se ao operar sob os pressupostos objetivistas. Ou então precisa manobrar afirmações no sentido de negar a suposição de que tal tipo de julgamento reporte a fatos morais. Esta vantagem, por si só, torna o realismo uma posição atraente a muitos.

Se há êxito na atribuição de valores morais objetivos a fatos, então tais propriedades fazem parte do mundo. A tarefa do realista moral é, portanto, encontrar lugar em sua ontologia para esses atributos, ao passo em que deve também explicar como nós, seres morais, somos capazes de experienciá-los. Essa não é uma empreitada fácil, mas é ela que constitui a posição do realista. Como vimos na argumentação de Mackie - depois criticada por McDowell -, a afirmação da existência objetiva de tais propriedades pode assumir formas estranhas. É preciso que o realista explique como propriedades morais podem, diferentemente das naturais, ser carregadas de prescritividade. Conquanto as críticas do “argumento da estranheza” possam não ser tão contundentes quanto pensava Mackie, elas ainda representam um fardo com o qual tem de lidar o defensor dessas posições.

Embora seja o desafio do realista, defender que propriedades morais não dependem da mente permite-lhe afirmar que a ordem moral está inculcada no mundo tanto quanto qualquer outro objeto da experiência humana. A grande vantagem obtida por este esforço reside na força conferida aos julgamentos morais obtidos. Tomemos por exemplo a afirmação “a imposição de sofrimento a indivíduos é um ato mau que deve ser evitado sempre que possível”; se considerarmos que esta proposição relata verdadeiramente um fato real, então será possível condenar a imposição de sofrimentos. Tal condenação não será somente limitada a posições culturais ou opiniões pessoais, mas estará fundamentada na própria ordem do mundo, sendo este um fato acessível a todos. Desse modo, o acesso às verdades morais possibilita o conhecimento sobre a atribuição de propriedades morais, tornando viável uma ciência ética capaz de avanços.

A pretensão à fundamentação empírica, apesar de ser o trunfo do realismo, é ao mesmo tempo responsável por torná-lo preocupante. Uma vez aceito que fatos morais existem objetivamente e que temos acesso a eles, seríamos capazes de aproximarmo-nos das “verdades morais”. Feito isso, restaria, então, lidar com os desacordos: povos e grupos diferenciam-se em crenças e comportamentos. Sendo que há fatos a solucionar desentendimentos morais, aos quais se poderia recorrer em caso de discordância, seria legítimo afirmar que alguns hábitos são moralmente corretos, enquanto outros não. Isso significa que algumas culturas estariam mais próximas da correção que outras, sendo mais verdadeiras e adequadas moralmente. O problema expõe-se de imediato: haveriam culturas inteiras praticando atos condenáveis.

Tal consequência de posições objetivistas é preocupante tendo em vista a possível justificativa que gera. Se for verdade que certos indivíduos mantêm hábitos condenáveis e, ao mesmo tempo, for verdade que é bom auxiliar os outros a agir corretamente, a intervenção de um grupo sobre outro é mera decorrência. Havendo superioridade no comportamento moral de um povo, este parece estar justificado a interferir nas culturas “erradas”. Da forma que tomar, tal interferência significaria não menos que uma imposição cultural sobre outro povo ou grupo, sob justificativa de estar fazendo bem e agindo corretamente. Se considerarmos o elemento prescritivo envolvido nas afirmações morais, pode-se derivar que o conhecedor das “verdades” deva levar o conhecimento destas a quem delas está menos próximo. A imposição cultural ser tomada como dever moral é uma consequência altamente indesejada.

É fácil identificar diversas formas de imposição cultural tanto atuais quanto históricas. A conquista europeia das Américas, por exemplo, teve justificção semelhante à identificada. Com fundo religioso mas também moral, “corrigir” os hábitos pagãos dos povos pré-colombianos foi uma manobra sangrenta que custou milhões de vidas e extinguiu culturas inteiras. Obviamente, não foi esse o único motivo para tal empreitada. Contudo, uma justificção forte propicia e facilita ações do tipo. Muitos poderiam ser os exemplos apontados, não é difícil encontrá-los. Se for verdade que a intolerância pode se ver justificada sob olhos realistas, então o dever de praticá-la é o peso mortal de tal consequência.

Seria, de fato, possível contornar problemas como esse. Argumentos em favor da não intervenção e contrários à intolerância poderiam limitar condutas e justificativas indesejáveis. Caso seja um fato moral objetivo que as ações em detrimento da integridade cultural de povos e grupos são erradas, estará atenuado o problema. Podem, ainda, ser incluídos nos sistemas éticos normativos princípios que restrinjam intervenções e condenações da moralidade alheia. Modificações deste tipo podem até mesmo impedir consequências indesejáveis como a condenação moral baseada na falha de acesso aos fatos morais, que seria a causadora das divergências nas moralidades discordantes.

Contudo, ainda assim restaria ao realista um núcleo duro de verdades morais, possivelmente não compartilhadas por todos os indivíduos do mundo. Aqueles cujas crenças divergirem do código moral “correto”, estarão, de toda forma, errados. Há possíveis atenuantes à consequência indesejada; são, porém, soluções *ad hoc* por não resolverem a parte central do problema - a superioridade e correção moral de apenas um código “verdadeiro”. De uma forma ou de outra, posições que adiram ao realismo numa versão forte como a apresentada gerarão a possibilidade de condenações normativas às quais parece necessário evitar-se. Essa consequência é, sem dúvidas, indesejada. Se ela seguir-se de uma posição realista, representará um bom motivo para que esta seja abandonada.

### **3.2 Deficiências e vantagens do subjetivismo**

Uma das maiores vantagens de posições antirrealistas é sua capacidade de explicar pontos que são problemáticos para o realista. A variabilidade dos códigos morais entre diferentes culturas ou grupos não representa qualquer dificuldade de explicação ao relativista, por exemplo. O subjetivismo, mais antirrealista que o objetivismo, encontra vantagens

semelhantes. Se fatos morais não transcendem a dependência da mente, é fácil conceber como tal ligação gera diferenças na moralidade resultante. Afinal, se não há ordem objetiva universalmente acessível a equacionar comportamentos morais, estes irão variar. Caso adotemos um critério como o do maior valor explicativo, nesse caso, o subjetivismo terá vantagem por elucidar, com facilidade, a variabilidade dos códigos morais.

Outra vantagem compartilhada entre o subjetivismo e o antirrealismo em sentido geral é a ausência de comprometimento metafísico e epistemológico<sup>14</sup>. Não havendo objetividade de fatos e propriedades morais, não é necessário localizá-los na ontologia. Se são fatos mentais, então basta explicar os processos envolvidos na emissão dos julgamentos morais. O subjetivismo é uma posição mais fraca que a objetivista; sendo mais cético, recaem sobre ele menos necessidades de oferecer explicações sobre seus pressupostos. Basta-lhe, como ao antirrealista, elucidar a fenomenologia da moral.

Como já dissemos, contudo, é o realismo que assemelha-se mais à intuição, uma vez que julgamentos morais cotidianos parecem pretender verdade objetiva, ao passo em que uma de suas finalidades parece ser, entre outras, descrever uma situação. É preciso que o subjetivista, junto aos outros antirrealistas, explique, então, o engano que a moralidade comete ao manter tais pretensões. Mostra-se necessário, uma vez admitida a carga anti-intuitiva, elucidar como operam os julgamentos morais e quais seus fundamentos e processos. Recai sobre essas posições um ônus de explicação que não se aplica, necessariamente, ao realista.

Uma das consequências possíveis ao subjetivismo é que este desemboque no relativismo. Embora tal consequência não ocorra necessariamente, muitos a consideram indesejável. Há quem pense que a função da ética seja oferecer um código de conduta normativo e, uma vez assumida uma postura relativista, tal função deixaria de ser cumprida. Isto pois se todos os códigos morais forem equivalentes, não haveria motivos fortes para considerar que algum deles fosse verdadeiro, requisito necessário para que compelsse o indivíduo a segui-lo. Nessa perspectiva, a ética perderia, se relativista, sua capacidade de servir de guia à ação. Contudo, pode-se compreender o relativismo como uma aproximação ética plural que não nega a funcionalidade dos diferentes códigos individuais, mas toma-os descritivamente. Tal pluralidade justifica-se na suposição de que não há moralidades superiores a outras, e, cada código aplicado a seus respectivos grupos, não se pode afirmar

---

<sup>14</sup> Sobre o assunto, ver o “argumento da estranheza” de Mackie na seção 1.2.

que umas sejam verdadeiras em detrimento de outras. Como existe discordância, é uma postura mais inclusiva afirmar que não existe objetividade em tal área do que defender a superioridade moral de alguns.

Sendo relativista ou não, o subjetivismo sofre ainda de outro problema: a dificuldade de obter condenações fortes. Enquanto o realista é capaz de afirmar que certas ações são erradas e não devem ser praticadas segundo a própria ordem do mundo, o subjetivista somente poderá justificar uma condenação com base nos estados mentais do indivíduo. O grande fardo do antirrealismo é julgar fenômenos como a tortura, a escravidão e o genocídio e não ser capaz de condená-los com a força desejada. Não se quer dizer com isso que o subjetivismo seja incapaz de condenar tais atos, mas que a força de seus julgamentos não será a mesma dos juízos do objetivista. Isso se dá meramente pela ausência, no sistema subjetivista, da objetividade das propriedades a que se quer atribuir aos fenômenos citados. Se for afirmado “a ação x é má”, por exemplo, o mal atribuído à ação x será dependente da mente do indivíduo, e não um fato do mundo acessível a todos. Ser incapaz de obter condenações fortes é uma fraqueza importante tanto do antirrealismo quanto do subjetivismo, que afasta muitos de sua adoção.

É possível, não obstante, contornar os impeditivos gerados por críticas desse tipo. Embora a condenação moral possa não obter o fundamento mais forte, comportamentos indesejados não serão também recomendados pelos códigos morais de base subjetivista. Pelo contrário, será ainda possível condená-los, apenas com justificação mais fraca que a oferecida pelo objetivista. O fundamento da avaliação subjetivista não será a ordem moral da realidade, mas terá base na percepção interna que o sujeito tem da ação em questão, ou ainda no conjunto de convenções que o levam a crer em seu dever de não ser praticada. Por mais que seja mais fraca, a justificação do julgamento moral subjetivista existe e não deve ser ignorada.

De toda forma, é ainda possível delegar a coibição de ações específicas a outra área, a política. Pragmaticamente, ela detém poder para condenar hábitos a que se queira, além de deter os meios para coibi-los. A abertura ao diálogo com outras áreas pode ser interessante e benéfica à ética, que, desinflacionando-se, abre mão da pretensão à univocidade de seus julgamentos. De fato, a ética perde força com a adoção de posições como o subjetivismo. Todavia, tal enfraquecimento pode ser útil se abranger maior diálogo com outras áreas também capazes de julgar ações. Por conseguinte, o enfraquecimento das condenações morais talvez não seja indesejável.

## CONCLUSÃO(?)

Pela proposta inicial deste texto ser a de mapear a discussão metaética analítica em torno dos fatos e valores morais, foram analisadas diversas teorias e delimitados critérios de classificação, de modo a possibilitar o agrupamento das teses, localizando-as na discussão. Além disso, muitas delas foram trazidas para dentro do texto, criando um quadro informativo capaz de guiar o leitor por questões relevantes do debate abrangido por nosso tema. Foram disponibilizadas diversas possibilidades de posicionamentos teóricos, juntamente à exposição de argumentos e interfaces existentes. Por fim, mostraram-se necessárias a contraposição e a avaliação dessas posições, de modo a relacioná-las a fim de expor a discussão importante que constituem.

Como resultado do mapeamento, obtivemos a oposição direta entre o realismo e o antirrealismo, cada uma tratando a moralidade sobre bases diferentes. Por fim, pela relevância da discussão contemporânea frente à questão dos fatos e valores morais, bem como pela necessidade de limitar o tema, a distinção fundamental que adotamos foi a entre realismo e subjetivismo. Um único critério é capaz de explicitar a diferença entre os dois: a dependência da mente. De um lado, o objetivismo a afirmar a independência dos fatos morais quanto a mente, de outro, o subjetivismo a negá-la; as diferentes posições metaéticas mostram-se - uma vez assumidos o cognitivismo e a teoria do sucesso - pertencentes a um ou a outro.

Não há dúvidas quanto à imperfeição dos critérios adotados, ao mesmo tempo em que as classificações também não dão conta das nuances de cada posição. A de McDowell, visível em sua objeção a Mackie, por exemplo, representa um caso difícil para qualquer classificação. Sua tese, a de que propriedades morais assemelham-se a qualidades secundárias, aparece intuitivamente como realista. Porém, uma vez adotado um critério, é necessário segui-lo. Por esse motivo o classificamos como subjetivista, mas isto não captura o que há de interessante em sua argumentação. Por outro lado, também não seria de maior utilidade ou interesse tomá-lo como realista. Essas limitações e imperfeições são características de qualquer trabalho de mapeamento, pois a simplificação é necessária aos processos de agrupamento e equacionamento que possibilitam classificações. Um mapeamento precisa operar pela abstração para ser capaz de criar algo interessante e útil à compreensão.

Por esses motivos, um trabalho como este a que nos propomos não terá versão final e incorrigível. Seria possível abordar outras posições a que não nos detivemos, por exemplo. Ou

ainda outras abordagens, como um confronto mais direto entre as posições opostas. As distinções, critérios e classificações adotados, ainda assim, são capazes de fornecer um guia à discussão em questão, uma maneira de se acessá-la e compreendê-la. O resultado deste trabalho é uma base sólida para prosseguimentos na área, para possíveis desenvolvimentos e defesas de posições relevantes à discussão. Mais que somente compreender os direcionamentos do debate atual, o que foi desenvolvido possibilita a entrada na produção filosófica de interesse na metaética analítica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYER, Alfred Jules. *Language, Truth and Logic*. Nova York: Dover, 1952.

\_\_\_\_\_. “Critique of Ethics and Theology” in: SAYRE-MCCORD, Geoffrey (ed.). *Essays on Moral Realism*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

BLACKBURN, Simon. “Moral Realism” in: John Casey (ed.). *Morality and Moral Reasoning*. Londres: Methuen, 1971, p. 101-124.

\_\_\_\_\_. “Supervenience Revisited” in: SAYRE-MCCORD, Geoffrey (ed.). *Essays on Moral Realism*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

BOYD, Richard Newell. “How to be a Moral Realist” in: SAYRE-MCCORD, Geoffrey (ed.). *Essays on Moral Realism*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

DREIER, James (ed.). *Contemporary Debates in Moral Theory*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

GENSLER, Harry; SPURGIN, Earl; SWINDAL, James; (eds.) *Ethics: Contemporary Readings*. Nova York: Routledge, 2004.

HARE, Richard Mervyn. *The Language of Morals*. Oxford: Clarendon Press, 1952.

HARMAN, Gilbert. “Ethics and observation” in: SAYRE-MCCORD, Geoffrey (ed.). *Essays on Moral Realism*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. *The Nature of Morality: an introduction to ethics*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

HORGAN, Terry; TIMMONS, Mark. “Morality without moral facts” in: DREIER, James (ed.). *Contemporary Debates in Moral Theory*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução de Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

JACKSON, Frank. *From Metaphysics to Ethics: a defense of conceptual analysis*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

JOYCE, Richard. “Moral Anti-realism”, 2007. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/moral-anti-realism/>. Acesso em 14 de nov. de 2014.

LENMAN, James. “Moral Naturalism”, 2006. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/moral-naturalism/>. Acesso em 14 de nov. de

2014.

LOCKE, John. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. Tradução de Anuar Alex. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MACKIE, John. "A Refutation of Morals" in: *Australasian Journal of Philosophy*, n. 24 (1946), p. 77-90.

\_\_\_\_\_. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. Londres: Penguin Books, 1990.

MCDOWELL, John. "Are Moral Requirements Hypothetical Imperatives?" in: *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supplementary Volume 52 (1985), p. 13-29.

\_\_\_\_\_. "Values and secondary qualities" in: SAYRE-MCCORD, Geoffrey (ed.). *Essays on Moral Realism*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

MOORE, George Edward. *Principia Ethica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RAWLS, John. "The Independence of Moral Theory" in: *Proceedings of the American Philosophical Association* (1975), p. 5-22.

ROSS, William David. *Foundations of Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 1939.

\_\_\_\_\_. *The Right and the Good*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SAYRE-MCCORD, Geoffrey (ed.). *Essays on Moral Realism*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. "Moral Realism", 2009. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/moral-realism/>. Acesso em 14 de nov. de 2014.

SIDGWICK, Henry. "The Establishment of Ethical First Principles" in: *Mind*, n. 4 (1879), p. 106-111.

STURGEON, Nicholas. "Moral explanations" in: SAYRE-MCCORD, Geoffrey (ed.). *Essays on Moral Realism*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.